

Buriti considera vital o “esforço” do Senado

ELIANE OLIVEIRA

O esforço concentrado previsto para os dias 11, 12 e 13, no Congresso Nacional, será vital para os projetos pendentes do GDF, tanto na Comissão do DF no Senado, quanto na mesa do plenário. Estão em jogo, por exemplo, o Orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1991, a venda dos imóveis funcionais e a confirmação de Wanderley Vallim e Marco Aurélio Martins Araújo nos cargos de governador e vice-governador, respectivamente.

Para desespero de assessores do governo, o Senado vem convivendo com a falta de quorum. Duas reuniões da Comissão do DF, devido à presença de poucos senadores, tiveram que ser adiadas para a próxima terça-feira. A apreciação de todas as matérias, até as eleições de 3 de outubro é, para a equipe governamental, inadiável, principalmente no que diz respeito aos projetos que podem passar pelo aval das lideranças. Teme-se que adversários políticos exijam verificação de quorum. Neste caso, deverá ocorrer votação nominal, sendo difícil reunir 38 parlamentares (metade mais um) no plenário.

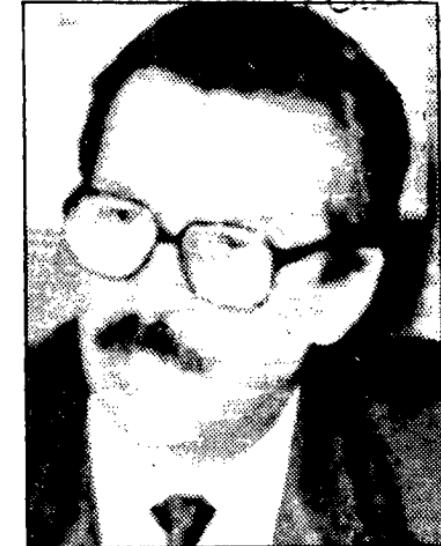
PENDÊNCIA

Entre os projetos pendentes no plenário, estão a indicação de Vallim e Marco Aurélio, como governador e vice, e a nomeação do atual secretário de Administração, Jorge Caetano, como conselheiro do Tribunal de Contas do DF. Neste caso, a votação precisa ser nominal. Há, ainda, o que trata da carreira de Administração Pública da Fundação Anípalo ao Trabalhador Preso e o da alienação de imóveis residenciais pertencentes ao governo local.

Necessita de apreciação, o projeto de lei que cria o corpo de pessoal da Câmara Legislativa, de autoria do deputado Augusto de Carvalho. O futuro órgão legislador, aliás, deverá receber, das mãos do presidente da Comissão do DF, senador Mauro Benevides (PMDB/CE), as matérias que não foram apreciadas pela Casa, passando a atribuição aos deputados distritais.

Benevides, contudo, prefere nem cogitar sobre isso. “Os projetos pendentes terão que ser limpos da pauta. A Câmara não

ARQUIVO



Marco Aurélio: vice

receberá acervo legislativo que necessita de apreciação”, afirma o senador, lembrando que os distritais precisarão de tempo para a elaboração de Lei Orgânica. A exemplo do que fez no ano passado, o presidente da Comissão está designando relatores parciais para a proposta orçamentária do DF. “Vamos votá-la até 15 de novembro, bem antes do término das atividades do Senado”. O Congresso entra em recesso no dia 15 de dezembro.

ISONOMIA

Na reunião da próxima terça-feira, a Comissão do DF apreciará, após ter sido aprovado na Câmara, a isonomia da Polícia Civil com o Ministério Público do Governo Federal. Há também, projeto do senador Maurício Corrêa (PDT/DF), relativo à isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) na aquisição de automóveis.

Existem, na Comissão do DF no Senado, mais matérias pendentes que na mesa do plenário. Encontram-se, em tramitação, projetos que dispõem sobre a participação popular no processo legislativo do DF — do deputado Augusto Carvalho —, o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais — de Maurício Corrêa — e o que cria o batalhão da Polícia de Trânsito, do senador Áureo Mello (PMDB/AM), dentre outros.

Do GDF, destacam-se o Código de Posturas, a proposta orçamentária de 1991, o que trata do depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retidos, e a desafetação de área no Setor Hoteleiro Norte.